

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

1. OBJETIVO

Informar todos os titulares de dados pessoais ao abrigo da atividade da Unidade Local de Saúde de Braga no que respeita à conformidade com a privacidade e proteção dos dados pessoais, nomeadamente no âmbito da aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

2. ÂMBITO

Aplica-se a todos os profissionais no âmbito da atividade da Unidade Local de Saúde de Braga.

3. RESPONSABILIDADES

Compete ao Conselho de Administração, ao Encarregado da Proteção de Dados, aos Diretores, Enfermeiros Gestores e Técnicos Coordenadores de Serviços Clínicos e Não Clínicos, aos Coordenadores de Unidades bem como a todos os colaboradores que procedam a tratamento de dados pessoais na Unidade Local de Saúde de Braga a implementação desta política.

4. REFERÊNCIAS E ABREVIATURAS

Critérios de Referência [Manual CHKS, 2022]: 14.12, 14.16, 14.17, 14.19.

CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados

AIPD – Avaliação do Impacto sobre a Proteção de Dados

DPO – *Data Protection Officer* ou Encarregado da Proteção de Dados

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

SNS – Serviço Nacional de Saúde

ULSB – Unidade Local de Saúde de Braga

Palavras-Chave: Dados Pessoais, Privacidade, RGPD.

Principais Alterações:

- Inclusão de categorias de dados na tabela da secção 5.5. *Que Dados Pessoais Recolhemos e Através de Que Meios?*

5. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

A Unidade Local de Saúde de Braga (ULSB) necessita de recolher e tratar dados pessoais dos seus utentes no âmbito da prestação de serviços de saúde. De facto, no contexto da prestação de cuidados ou tratamentos

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

de saúde, incluindo de medicina preventiva, de diagnóstico médico e de gestão dos serviços de saúde, o tratamento de dados dos utentes é indispensável.

Neste sentido, a presente Política de Privacidade da ULSB (doravante “*Política da Privacidade*”), visa ajudar os nossos utentes a compreender que dados pessoais recolhemos, como e por que motivo os usamos, a quem os divulgamos e como protegemos a sua privacidade quando utilizam os nossos serviços.

5.1. Porquê?

A ULSB está empenhada em proteger a segurança e a privacidade dos seus utentes. Neste contexto, elaborou a presente Política de Privacidade, com a finalidade de afirmar o seu compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Pretendemos que os nossos utentes conheçam as regras gerais de privacidade e os termos de tratamento dos dados que recolhemos, no estreito cumprimento da legislação aplicável neste âmbito, nomeadamente do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados” ou “RGPD”) e da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto (“Lei de Execução do RGPD” ou “LERGPD”).

A ULSB procura respeitar as melhores práticas em matéria de segurança e proteção de dados pessoais, de promoção/ sensibilização para as boas práticas neste âmbito, melhorando sistemas de forma a acautelar a proteção dos dados que lhe são disponibilizados pelos seus utentes, no estreito cumprimento das obrigações legais.

O preenchimento dos formulários de recolha de dados e o fornecimento de dados direta ou indiretamente, implicam o conhecimento das condições desta Política, e de quaisquer outros termos, políticas e condições específicas referentes aos serviços prestados.

5.2. O Que São Dados Pessoais?

Entende-se por dados pessoais qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados). É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

Os dados pessoais poderão ter uma natureza mais sensível em determinadas situações, classificando-os o RGPD como “categorias especiais de dados”. Estes podem versar sobre a origem racial ou étnica do seu



PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

titular, as suas opiniões políticas, as suas convicções religiosas ou filosóficas, informação genética, identificadores biométricos, vida sexual, orientação sexual ou sobre a sua saúde.

São “dados relativos à saúde” dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde passado, presente ou futuro. Tal inclui, por exemplo:

- i. Qualquer número, símbolo ou sinal particular atribuído a uma pessoa singular para a identificar de forma inequívoca para fins de cuidados de saúde; as informações obtidas a partir de análises ou exames de uma parte do corpo ou de uma substância corporal, incluindo a partir de dados genéticos e amostras biológicas;
- ii. Quaisquer informações sobre, por exemplo, uma doença, deficiência, um risco de doença, historial clínico, tratamento clínico ou estado fisiológico ou biomédico do titular de dados, independentemente da sua fonte, por exemplo, um médico ou outro profissional de saúde, um hospital, um dispositivo médico ou um teste de diagnóstico *in vitro*.

5.3. Outras Definições Importantes

Tratamento – operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;

Titular dos dados – pessoa singular identificada ou identificável a quem os dados pessoais dizem respeito;

Responsável pelo tratamento – pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União Europeia ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União Europeia ou de um Estado-Membro;

Subcontratante – pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes;

Terceiro – pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais;



PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

Encarregado da proteção de dados (*Data Protection Officer – “DPO”*) – pessoa ou entidade nomeada para garantir, numa organização, a conformidade do tratamento de dados pessoais com o RGPD, assegurando a comunicação eficiente com os titulares dos dados e a cooperação com as autoridades de controlo em causa, fazendo ainda a ponte com as diferentes áreas de atividade dentro do hospital. O DPO não recebe instruções relativamente ao exercício das suas funções, respondendo diretamente aos órgãos de direção da entidade que o nomeou (responsável pelo tratamento ou do subcontratante);

Consentimento do titular dos dados – manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento;

Definição de perfis – qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista na utilização desses dados pessoais para, nomeadamente, incluir uma pessoa singular em determinada categoria, respeitante ao seu desempenho profissional, à sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações;

Violação de dados pessoais – violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento;

Privacidade desde a conceção (*privacy by design*) – significa levar o risco de privacidade em conta em todo o processo de conceção de um novo produto ou serviço, em vez de considerar as questões de privacidade apenas posteriormente. Tal significa avaliar cuidadosamente e implementar medidas e procedimentos técnicos e organizacionais adequados desde o início para garantir que o tratamento está em conformidade com o RGPD e protege os direitos dos titulares dos dados em causa;

Privacidade por defeito (*privacy by default*) – significa assegurar que são colocados em prática, dentro de uma organização, mecanismos para garantir que, por defeito, apenas a quantidade necessária de dados pessoais são recolhidos, utilizados e conservados para cada tarefa, tanto em termos da quantidade de dados recolhidos, como do tempo pelo qual eles são mantidos;

Pseudonimização – o tratamento de dados pessoais de forma que deixem de poder ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares, desde que essas informações suplementares sejam mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas para assegurar que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável;

Anonimização – técnica que resulta do tratamento de dados pessoais a fim de lhes retirar elementos suficientes para que deixe de ser possível identificar o titular dos dados, de forma irreversível. Mais precisamente, os dados têm de ser tratados de forma a que já não possam ser utilizados para identificar uma

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

pessoa singular utilizando «o conjunto dos meios suscetíveis de serem razoavelmente utilizados», seja pelo responsável pelo tratamento, seja por terceiros. As principais técnicas de anonimização de dados pessoais são a aleatorização e a generalização;

Avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD) – processo concebido para avaliar a necessidade e proporcionalidade do tratamento de dados pessoais, permitindo a gestão dos riscos decorrentes desse tratamento para os direitos e liberdades das pessoas singulares. A AIPD é obrigatória em determinados casos (ex.: avaliação sistemática e completa de pessoas singulares, incluindo a definição de perfis, ou tratamento em larga escala de categorias especiais de dados) e deve ser feito antes de se iniciar o tratamento;

Autoridade de controlo – uma autoridade pública independente criada por um Estado-Membro, com a responsabilidade pela fiscalização da aplicação do RGPD, a fim de defender os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares relativamente ao tratamento e facilitar a livre circulação dos dados na União. Em Portugal, a autoridade de controlo será a Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPD”);

Transferências internacionais de dados – transferências de dados pessoais que sejam ou venham a ser objeto de tratamento após transferência para um país terceiro (não localizado na União Europeia) ou para uma organização internacional, podendo a transferência ocorrer entre dois ou mais responsáveis pelo tratamento ou entre responsáveis pelo tratamento e subcontratantes;

Serviços da sociedade da informação – Qualquer serviço prestado normalmente mediante remuneração, à distância, por via eletrónica e mediante pedido individual de um destinatário de serviços. Para efeitos da referida definição, entende-se por:

1. “à distância”: um serviço prestado sem que as partes estejam simultaneamente presentes;
2. “por via eletrónica”: um serviço enviado desde a origem e recebido no destino através de instrumentos eletrónicos de processamento (incluindo a compressão digital) e de armazenamento de dados, que é inteiramente transmitido, encaminhado e recebido por cabo, rádio, meios óticos ou outros meios eletromagnéticos; e
3. “mediante pedido individual de um destinatário de serviços”: um serviço fornecido por transmissão de dados mediante pedido individual.

Registo de Saúde Eletrónico (RSE) - é uma plataforma *web*, que disponibiliza um sistema central de registo e partilha de informação clínica de acordo com os requisitos da Comissão Nacional de Proteção de Dados. A plataforma permite o acesso a informação dos cidadãos que tenham número de utente do Serviço Nacional de Saúde (doravante “SNS”), aos profissionais de saúde em diversos pontos do SNS (hospitais, urgências,

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

cuidados primários, rede nacional de cuidados continuados), sem os deslocar do local seguro onde agora estão guardados. Este acesso pode ser auditado e gerido pelo próprio Utente através do Portal do Utente.

5.4. Quem é o Responsável pelo Tratamento dos Seus Dados Pessoais?

A presente Política de Privacidade visa dar a conhecer aos que colaboram na atividade da ULSB e aos seus Utentes os termos de tratamento de dados pessoais levados a cabo pelo hospital, determinando as finalidades e meios de tratamento dos seus dados no contexto da prestação de serviços, pelo que este deve ser considerado como a entidade Responsável pelo Tratamento, nos termos do RGPD.

Assim, quando for atendido na ULSB, a entidade Responsável pelo Tratamento dos dados necessários à prestação dos serviços de saúde (por exemplo, para efeitos de medicina preventiva, diagnóstico médico, gestão administrativa dos processos clínicos, marcações de consultas e exames, admissão e entrega de exames, prescrição eletrónica de medicamentos e de exames complementares de diagnóstico) será a ULSB.

Contudo, tal não implica que, se for atendido numa unidade de saúde do SNS, os profissionais de saúde dessas unidades acedam aos dados de saúde disponibilizados na ULSB e disponibilizados no RSE (de acordo com disposições legais do Ministério da Saúde).

Relativamente a esse acesso, a Unidade de Saúde do SNS onde a informação seja acedida será a Responsável pelo Tratamento dos dados dos Utentes, bem como relativamente à informação que seja recolhida diretamente junto dos Utentes nessa Unidade. Todavia, o acesso à sua informação de saúde será de acesso restrito aos profissionais de saúde ou outros sujeitos a equivalentes obrigações de confidencialidade na prestação dos seus cuidados. Para mais informações relativas a quem pode aceder aos seus dados pessoais, consulte a secção “5.8. Que Profissionais da ULSB Têm Acesso Aos Seus Dados?”.

No âmbito de algumas especialidades clínicas, a ULSB poderá tratar os seus dados conjuntamente com outras entidades, enquanto subcontratadas pelo tratamento, como sucede, por exemplo, no caso da realização de tratamentos de radioterapia, no contexto das quais *Júlio Teixeira, S.A.* atua como corresponsável.

Não obstante o referido e relativamente aos tratamentos de dados pessoais acima descritos, os Utentes poderão exercer junto da ULSB os seus direitos à luz do RGPD (melhor descritos na secção “5.10. Quais Os Direitos Dos Titulares Dos Dados?”), através de:

- Contacto junto do DPO da ULSB, enviando o formulário IMP.425 – *Formulário para o Exercício dos Direitos do Titular dos Dados* para o e-mail: dpo@ulsb.min-saude.pt;

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

- Através do envio de carta, com o formulário devidamente preenchido ou pedido escrito dirigido ao “Encarregado da Proteção de Dados da ULS de Braga, E.P.E.”, para a morada “Sete Fontes – S. Victor, 4710-243 Braga”.

Para a participação num estudo observacional ou experimental (ensaio clínico), a entidade que atuará como Responsável pelo Tratamento dos seus dados pessoais será a entidade promotora do estudo. Por via de regra, a promotora será uma entidade externa à ULSB, pelo que a ULSB e os seus médicos investigadores, ao abrigo de protocolos celebrados com as promotoras, atuarão meramente como corresponsáveis ou subcontratantes para efeito do tratamento dos seus dados pessoais, nesse contexto.

A ULSB poderá ser contactada, também relativamente a estes tratamentos de dados, através do e-mail dpo@ulsb.min-saude.pt ou por carta endereçada a Encarregado da Proteção de Dados, ULS de Braga, E.P.E., Sete Fontes – S. Victor, 4710-243 Braga.

5.5. Que Dados Pessoais Recolhemos e Através de Que Meios?

A ULSB recolhe e trata os dados pessoais necessários para a prestação de cuidados de saúde integrados no SNS, incluindo para a gestão dos sistemas e serviços do hospital, auditoria e melhoria contínua dos mesmos. Os seus dados poderão ser recolhidos diretamente, designadamente, quando marca uma consulta/exame, quando vai a uma consulta/fazer um exame, quando utiliza as Plataformas do SNS ou nos contacta. Também podemos receber os seus dados pessoais de forma indireta através dos nossos prestadores de serviços que lhe prestam serviços em nosso nome ou dos nossos parceiros.

Para mais informações sobre a partilha dos seus dados com outras entidades, consulte a secção “5.12. *Em Que Circunstâncias Existe Comunicação de Dados a Outras Entidades?*”.

Neste sentido, os seus dados pessoais podem incluir dados pessoais direta ou indiretamente relacionados com a sua saúde.

CATEGORIA DE DADOS TRABALHADOS	MEIOS E MOMENTOS DE RECOLHA
<u>Nome, data de nascimento, número de telefone/ telemóvel, n.º de identificação fiscal.</u> Estes dados pessoais são de fornecimento obrigatório (sendo o Utente devidamente informado da obrigatoriedade da disponibilização destes dados para continuar o processo).	Quando cria uma ficha de Utente, nos secretariados administrativos da ULSB



PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

CATEGORIA DE DADOS TRABALHADOS	MEIOS E MOMENTOS DE RECOLHA
<u>Informações sobre as suas marcações, consultas ou exames</u> (incluindo a data e hora da marcação, a especialidade do médico, o exame a realizar/realizado, dados constantes da prescrição médica, entre outros necessários à prestação dos serviços);	Quando efetua uma marcação/quando solicita informações através dos vários canais (e-mail, telefone e contacto direto)
<u>Restantes dados de identificação</u> , tais como: número de processo clínico, nº do cartão de utente, país, distrito e concelho de nascimento, morada (localidade, código postal, país, distrito, concelho, freguesia), profissão, situação profissional, centro de saúde, médico de família, estado civil, nome do cônjuge, nome do pai, nome da mãe (caso Utente seja menor), dados relacionados com o seu seguro ou subsistema de saúde (quando os serviços prestados pela ULSB sejam abrangidos pelos mesmos, nomeadamente em caso de acidente).	Quando se dirige, pela primeira vez, à ULSB e criamos o seu processo, por exemplo, nos secretariados administrativos.
<u>Informações sobre a sua saúde</u> ; incluindo: motivo da consulta/ ato, antecedentes pessoais (doenças de infância, imunizações, hábitos etílicos ou tabágicos, história ginecológica e obstétrica, alergias, medicação, doenças ativas, doenças inativas, antecedentes cirúrgicos), antecedentes familiares (situações mais frequentes – diabetes, HTA, TP, cancro, vivo/falecido, causa de morte), exame clínico, diagnósticos, exames complementares, encaminhamento, alertas (diabetes, hipertensão, etc.), grupo sanguíneo; medicamentos prescritos, identificação do prescriptor, código do local de prescrição e dados da receita e regime especial de comparticipação; ato e rúbrica do episódio realizado, data de início e fim do episódio, estado do episódio, profissional de saúde que executou o episódio, nº de episódio, tipo de episódio, indicação se existem resultados do episódio e identificador desses resultados. <u>Dados genéticos, origem racial ou étnica e dados relativos à vida sexual e orientação sexual</u>	No decurso da prestação de cuidados de saúde integrados, incluindo para a gestão dos sistemas e serviços da ULSB, auditoria e melhoria contínua dos mesmos
A sua <u>opinião</u> sobre nós	Quando o Utente participa nos nossos inquéritos/ questionários de satisfação



PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

CATEGORIA DE DADOS TRABALHADOS	MEIOS E MOMENTOS DE RECOLHA
<u>Dados relativos à sua saúde, dados genéticos, origem racial ou étnica e dados relativos à vida sexual e orientação sexual, a especificar pelo investigador ou promotor do estudo/ensaio</u> , aquando do pedido de autorização para o tratamento de dados	No decurso de estudos/ensaios clínicos, sempre que o Utente tenha autorizado a sua participação nos mesmos ou exista outra condição lícita para o tratamento de dados, nomeadamente em situações de reutilização de dados legitimados para fins de investigação científica
<u>Imagens de videovigilância</u>	Quando visita as instalações da ULSB e existem câmaras de videovigilância instaladas, para garantia da segurança das pessoas e bens.
<u>Dados de navegação</u> (logs de acesso e metadados) em plataformas web e aplicações de suporte à atividade da ULS de Braga em que o Utente interage diretamente	Quando o Utente usa o <i>website</i> da ULSB e as aplicações móveis, de acordo com as políticas de privacidade e de utilização de <i>cookies</i> .

Categorias Especiais

Ao prestar serviços, a ULSB terá necessariamente de recolher dados relativos à sua saúde e, em certos casos, dados genéticos, dados relativos à sua origem racial ou étnica e dados relativos à sua vida sexual ou orientação sexual. Tais informações são consideradas “categorias especiais de dados”, nos termos do RGPD, pelo que a ULSB observará os requisitos de proteção mais exigentes dispostos no RGPD relativamente ao tratamento desses dados, quer relativamente aos fundamentos de licitude adequados ao seu tratamento (ver secção “5.7. Com Que Fundamento Tratamos os Seus Dados Pessoais?”), quer relativamente à implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas à minimização do seu tratamento, à restrição do acesso a esses dados (ver secção “5.8. Que Profissionais da ULSB têm Acesso aos Seus Dados?”) e à garantia da segurança dos mesmos (ver secção “5.11. Quais as Medidas de Segurança Adotadas pela ULSB?”).

5.6. Quais as Finalidades da Recolha dos Seus Dados Pessoais?

Os dados pessoais dos Utentes são tratados para a prestação de cuidados de saúde integrados, incluindo para a gestão dos sistemas e serviços da ULSB, auditoria e melhoria contínua dos mesmos.





PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

Neste sentido, usamos os seus dados pessoais para os seguintes efeitos:

- **Para a prestação de cuidados de saúde integrados**

De forma a podermos prestar os nossos serviços, utilizamos as suas informações acima referidas para marcar consultas, marcar exames, diagnóstico médico, para fornecer cuidados de saúde, para a gestão dos sistemas e serviços das várias unidades de saúde do SNS, auditoria e melhoria contínua.

Os dados relativos à sua saúde apenas serão tratados por ou sob a responsabilidade de profissionais obrigados a sigilo, na estrita medida do necessário à prestação de cuidados de saúde, podendo ser comunicados aos seus familiares, apenas nas circunstâncias expressamente previstas na Lei em vigor.

- **Para comunicar e gerir a nossa relação consigo**

Podemos contactá-lo por telefone, carta, e-mail ou SMS, por motivos administrativos ou operacionais, por exemplo, de modo a enviar-lhe a confirmação das suas marcações e dos seus pagamentos, para o informar sobre quaisquer alterações ou imprevistos acerca das suas marcações.

Também vamos utilizar os seus dados pessoais para responder aos seus pedidos, sugestões ou contactos, para melhorar os nossos serviços e a sua experiência enquanto Utente da ULSB.

- **Para a realização de investigação clínica, através estudos e ensaios clínicos**

Quando os estudos ou ensaios clínicos realizados na ULSB, no âmbito dos quais a ULSB atuará por regra como Corresponsável ou Subcontratante (sendo os Responsáveis pelo Tratamento as entidades promotoras do estudo/ensaio), não puderem ser realizados com recurso a dados anonimizados ou pseudonimizados, a ULSB recolherá o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais nesse contexto.

A ULSB respeitará integralmente a decisão dos seus Utentes de se retirarem de um estudo ou ensaio, executando os direitos previstos em relação ao tratamento dos seus dados pessoais.

- **Para melhorar os nossos serviços e cumprir os nossos objetivos administrativos e de nível de serviço**

Os objetivos de nível de serviço para os quais usamos as suas informações incluem contabilidade, faturação e auditoria, nomeadamente para proteção de interesses vitais dos utentes ou para efeitos de certificação, avaliação e medição dos níveis de serviço da ULSB, deteção e análise de fraude,





PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

segurança, efeitos jurídicos e processuais, estudos estatísticos, bem como para o desenvolvimento e manutenção de sistemas.

▪ Para cumprir as nossas obrigações legais

Nomeadamente, a obrigação de fornecer os seus dados pessoais à Administração Central do Sistema de Saúde (“ACSS”), à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (“DE-SNS”), aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (“SPMS”), à Inspeção Geral de Atividades em Saúde (“IGAS”), à Entidade Reguladora da Saúde (“ERS”) e a outras entidades públicas da área da saúde, bem como aos Tribunais, Solicitadores e aos órgãos de polícia criminal, no exercício dos seus poderes e atribuições (para saber mais acerca das categorias de destinatários dos seus dados pessoais, consulte a secção “5.12. Em Que Circunstâncias Existe Comunicação de Dados a Outras Entidades?”).

5.7. Com Que Fundamento Tratamos os Seus Dados Pessoais?

A ULSB apenas tratará os seus dados pessoais quando esteja devidamente habilitada para o fazer. O RGPD exige, para que o tratamento de dados pessoais seja lícito, que exista um fundamento de licitude adequado para cada tratamento específico. Tais fundamentos poderão ser de várias índoles.

Assim, e em primeiro lugar, os tratamentos de dados necessários para a prestação de cuidados de saúde integrados aos Utentes, bem como para comunicar e gerir a relação da ULSB com o mesmo, sempre terão fundamento de licitude a prossecução de **interesse público** da entidade Responsável pelo Tratamento.

Adicionalmente, quando tais tratamentos implicarem o tratamento de dados relativos à saúde dos Utentes ou de outras categorias especiais de dados (tais como dados genéticos, dados relativos à vida sexual ou dados relativos à origem étnica dos Utentes), aqueles basear-se-ão na **necessidade do tratamento para efeitos de medicina preventiva, diagnóstico médico, prestação de cuidados ou tratamentos de saúde** ou, quando o tratamento seja realizado por colaboradores da ULSB que não sejam profissionais de saúde (ver secção “5.8. Que Profissionais da ULSB Têm Acesso aos Seus Dados?”), para efeitos da **gestão dos sistemas e serviços** da ULSB, nomeadamente os tratamentos de dados realizados para melhorar os nossos serviços e cumprir os nossos objetivos administrativos e de qualidade.

Tal implica que os titulares dos dados possam opor-se ao tratamento dos seus dados para os efeitos acima referidos, ao abrigo do RGPD, caso apresentem motivos válidos relacionados com a sua situação particular. Em tal eventualidade, o Responsável pelo Tratamento poderá apresentar razões imperiosas e legítimas que justifiquem a continuação desse tratamento, caso em que se reserva o direito de continuar a tratar os seus



PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

dados para esses efeitos, tal como nos casos em que tal tratamento seja necessário para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Embora o tratamento de dados naqueles âmbitos seja feito, tendencialmente, com recurso a informação anonimizada ou pseudonimizada, é possível que, em determinados casos, este envolva, inclusivamente, determinados dados relativos à saúde dos titulares, tais como o seu nº de processo clínico, os identificadores dos atos clínicos por si realizados, entre outros.

Já quanto aos tratamentos de dados pessoais realizados pela ULSB para efeitos da realização de estudos ou ensaios clínicos, sempre que tais estudos ou ensaios não possam ser realizados com recurso a dados anonimizados ou pseudonimizados, o fundamento de licitude no qual a ULSB funda tais tratamentos será o **consentimento dos titulares dos dados**, ou seja, dos seus Utentes.

Já relativamente ao tratamento de dados realizado pela ULSB no contexto do cumprimento de obrigações legais, o fundamento de licitude para a realização de tais tratamentos – na sua maioria, comunicações de dados para entidades externas – será a necessidade do tratamento para o efeito do cumprimento de obrigações jurídicas do Responsável pelo Tratamento.

5.8. Que Profissionais da ULSB têm Acesso aos Seus Dados?

No âmbito do tratamento dos seus dados pessoais, a ULSB observa os princípios da proteção de dados desde a conceção (*privacy by design*) e por defeito (*privacy by default*). Tal compromisso implica, entre outros aspetos, que os seus dados pessoais serão de acesso limitado às pessoas que tenham necessidade de os conhecer no exercício das suas funções, na estrita medida do necessário para a prossecução das finalidades de tratamento que já elencámos acima (ver secção “5.6. Quais As Finalidades da Recolha dos Seus Dados Pessoais?”).

Assim, quanto aos dados relativos à sua saúde e outras categorias especiais de dados, estes serão, em observância da lei aplicável, de acesso reservado aos médicos e outros profissionais de saúde adstritos à prestação dos seus cuidados de saúde.

Entre os casos em que o pessoal administrativo tem acesso aos seus dados de saúde e outras categorias especiais de dados encontram-se o tratamento de dados para efeito de faturação dos serviços de saúde que lhe são prestados, para efeito da marcação de consultas e atos clínicos ou para gestão dos seus pedidos de informação ou reclamações.

Os trabalhadores da ULSB bem como os demais a quem por força das relações que estabeleçam com a instituição tomem conhecimento ou acedam a dados pessoais (ver secção “5.12. Em Que Circunstâncias

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

Existe Comunicação de Dados a Outras Entidades?") são obrigados, designadamente, a guardar sigilo sobre os dados pessoais de Utentes a que tenham acesso ou tomem conhecimento, mesmo após a cessação da sua atividade profissional, seja qual for a causa da cessação, e por todo o tempo que seja necessário ao cumprimento da lei.

5.9. Qual o Período de Conservação dos Seus Dados Pessoais?

Os dados pessoais dos Utentes que a ULSB recolhe são tratados no estrito cumprimento da legislação aplicável, sendo armazenados em bases de dados específicas, criadas para o efeito. Tais dados são conservados num formato que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados.

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é utilizada. Existem, no entanto, requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um determinado período de tempo. Nessa medida, os dados relativos à sua saúde são conservados nos termos da legislação aplicável ao arquivo da documentação hospitalar – MANUAL.038 – *Arquivo Clínico*.

Também tomamos por referencial para determinação do período de conservação adequado as várias deliberações das autoridades de controlo de proteção de dados europeias, nomeadamente da CNPD.

5.10. Quais os Direitos dos Titulares dos Dados?

Nos termos da legislação aplicável, o titular dos dados poderá solicitar, a todo o tempo, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como à sua retificação, à limitação, apagamento, portabilidade dos seus dados, ou opor-se ao seu tratamento, através de:

- Contacto junto do DPO da ULS de Braga, enviando o IMP.425 – *Formulário para o Exercício dos Direitos do Titular dos Dados* para o e-mail: dpo@ulsb.min-saude.pt;
- Através do envio de carta, com o formulário devidamente preenchido ou pedido escrito dirigido ao “Encarregado da Proteção de Dados da ULS de Braga, E.P.E.”, para a morada “Sete Fontes – S. Victor, 4710-243 Braga”.

Poderá obter a confirmação dos dados pessoais que lhe dizem respeito que são objeto de tratamento, bem como o acesso aos mesmos, sendo-lhe disponibilizada, caso requeira e não existam restrições legais, uma cópia dos dados objeto de tratamento por parte da ULSB.

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

No caso de dados relativos à informação clínica, o direito de acesso à informação de saúde por parte do titular (ou de terceiros com o seu consentimento ou nos termos da lei) pode ser exercido se o titular da informação o solicitar, mediante pedido escrito dirigido a gaic@ulsb.min-saude.pt, segundo as orientações definidas no *site* da ULSB e no PRO.096 – *Acesso à Informação*.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem direito a apresentar uma reclamação à CNPD ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento legítimo por parte da ULSB, nos termos da legislação aplicável e da presente Política.

5.11. Quais as Medidas de Segurança Adotadas pela ULSB?

A ULSB está empenhada em assegurar a confidencialidade, proteção e segurança dos dados pessoais dos seus Utentes, através da implementação das medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os seus dados contra qualquer forma de tratamento indevido ou ilegítimo e contra qualquer perda acidental ou destruição destes dados. Para o efeito, dispomos de sistemas e equipas destinados a garantir a segurança dos dados pessoais tratados, criando e atualizando procedimentos que previnam acessos não autorizados, perdas acidentais e/ ou destruição dos dados pessoais, comprometendo-se a respeitar a legislação relativa à proteção de dados pessoais dos Utentes e a tratar estes dados apenas para os fins para que foram recolhidos, assim como a garantir que estes dados são tratados com adequados níveis de segurança e confidencialidade.

Porque reconhecemos a sensibilidade desta informação, elaborámos e divulgámos a todos os nossos colaboradores uma política sobre Segurança da Informação (POL.006 – *Segurança da Informação*), que define os procedimentos de proteção de dados, com vista a assegurar o seu conhecimento acerca das obrigações que lhes são impostas nesta matéria. Para garantir a permanente sensibilização dos nossos colaboradores, desenvolvemos ainda ações de formação junto dos mesmos, os quais assumem o compromisso de não revelar a terceiros ou utilizar para fins contrários à lei, qualquer informação pessoal dos Utentes da ULSB cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções.

Neste âmbito, a ULSB designou também um Encarregado da Proteção de Dados para acompanhar o cumprimento das políticas e normas aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais.

Conforme descrito na presente Política de Privacidade (ver secção “5.12. *Em Que Circunstâncias Existe Comunicação de Dados a Outras Entidades?*”), podemos nalguns casos transmitir os seus dados pessoais a terceiros. A ULSB definiu regras claras de contratualização do tratamento de dados pessoais com os seus subcontratantes, e exige que estes adotem as medidas técnicas e organizativas apropriadas para proteger os

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

seus dados pessoais. Contudo, nalguns casos, podemos, no cumprimento de obrigações legais, divulgar os seus dados pessoais a terceiros (tais como autoridades de controlo) com os quais temos um controlo limitado relativamente à proteção dos dados pessoais.

5.12. Em Que Circunstâncias Existe Comunicação de Dados a Outras Entidades?

A ULSB recorre a outras entidades para a prestação de determinados serviços. Eventualmente essa prestação de serviços poderá implicar o acesso, por estas entidades, a dados pessoais dos seus Utentes. Tal será o caso das entidades que prestem serviços de suporte dos sistemas informáticos da ULSB, de certos fornecedores de equipamentos médicos, de prestadores de serviços clínicos em determinados Serviços ou Unidades, de empresas de consultoria e sociedades de advogados, ou das entidades terceiras que façam a gestão do arquivo físico da ULSB.

Assim, qualquer entidade subcontratante da ULSB tratará os dados pessoais dos nossos Utentes, em nosso nome e por nossa conta, na estrita obrigação de seguir as nossas instruções. A ULSB assegura que tais entidades subcontratantes oferecem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento satisfaça os requisitos da lei aplicável e assegure a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados, nos termos do acordo de subcontratação celebrado com as referidas entidades subcontratantes.

A ULSB poderá, ainda, transmitir, dados pessoais dos seus Utentes a entidades terceiras, quando julgue tais comunicações de dados como necessárias ou adequadas

- i. à luz da lei aplicável,
- ii. no cumprimento de obrigações jurídicas/ ordens judiciais;
- iii. nas transferências inter-hospitalares;
- iv. para responder a solicitações de autoridades públicas ou governamentais, ou;
- v. para efeito de certificação, avaliação e medição dos níveis de serviço da ULSB.

Neste sentido, a ULSB poderá transmitir os seus dados pessoais à ACSS, à DE-SNS, aos SPMS, à IGAS, à ERS, ao INFARMED, aos Tribunais, Solicitadores, aos órgãos de polícia criminal ou ao Ministério Público quando seja notificado para o efeito ou quando tal seja necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas, conforme legalmente previsto.

Em qualquer das situações acima mencionadas, a ULSB compromete-se a tomar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção efetiva dos dados pessoais que trata.

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

5.13. Em Que Circunstâncias Poderão os Seus Dados Ser Objeto de Transferências Internacionais?

A ULSB implementará as medidas necessárias e adequadas à luz da lei aplicável para assegurar a proteção dos dados pessoais objeto de uma tal transferência, cumprindo rigorosamente as disposições legais relativamente aos requisitos aplicáveis a tais transferências, nomeadamente informando os Utentes neste âmbito e estabelecendo os acordos de tratamento de dados com as entidades, de acordo com as decisões de adequação para o tratamento de dados pessoais determinadas pela Comissão Europeia.

5.14. Contacte-nos

Poderá contactar o Encarregado da Proteção de Dados (“DPO”) da ULSB para mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais, bem como quaisquer questões relacionadas com o exercício dos direitos que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e, em especial, os referidos na presente Política de Privacidade, através dos seguintes contactos:

e-mail: dpo@ulsb.min-saude.pt

Morada: ULS de Braga, E.P.E., Lugar de Sete Fontes – S. Victor, 4710-243 Braga

5.15. Como Pode Ficar a Conhecer Quaisquer Alterações à Nossa Política de Privacidade?

A ULSB reserva-se o direito de, a qualquer momento, proceder a modificações ou atualizações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente atualizadas nas nossas Plataformas. Sugerimos que as consulte regularmente para estar a par de eventuais alterações.

6. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- POL.006 - Segurança da Informação
- MANUAL.038 – Arquivo Clínico
- IMP.425 – Formulário para o Exercício dos Direitos do Titular dos Dados
- PRO.096 – Acesso à Informação



PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ULS

Referências Bibliográficas:

- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- Lei nº 58/2019, de 8 de agosto
- Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, sobre Informação genética pessoal e informação de saúde
- Portaria n.º 247/2000, Regulamento arquivístico dos Hospitais e demais serviços do Ministério da Saúde
- Decreto-Lei n.º 52/2022 de 4 de agosto, sobre princípios e regras aplicáveis às Entidades do SNS
- Lei n.º 5/2012, de 23 de janeiro, que Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde;
- Lei n.º 21/2014, de 16 de abril, lei da investigação clínica
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos.

REVISTO

Encarregada de Proteção de Dados
Sónia Dória

APROVADO

Presidente do Conselho de Administração
Domingos Sousa

Vogal Executivo
Américo Afonso

